

Processos protetores e destrutivos da soberania e segurança alimentar e nutricional na Terra Indígena Tirecatinga, Sapezal, Mato Grosso

Protective and destructive processes of food and nutritional sovereignty and security in the Tirecatinga Indigenous Land, Sapezal, Mato Grosso

Aparecida Fátima Camila Reis¹, Silvia Angela Gugelmin¹, Márcia Leopoldina Montanari Correa¹

DOI: 10.1590/2358-28982026E210715P

RESUMO Este artigo tem como objetivo identificar os processos protetores e destrutivos da soberania e segurança alimentar e nutricional, na perspectiva dos povos indígenas de Tirecatinga, terra indígena localizada no município de Sapezal, no estado de Mato Grosso. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada na teoria da determinação social proposta por Breilh. Utilizaram-se entrevistas semiestruturadas e rodas de conversa com homens e mulheres, tendo por temática o território. Dentre os resultados, evidencia-se a insegurança alimentar desses povos indígenas, cujas terras são cercadas por monoculturas de algodão e soja, e seu efeito mais perverso, a fome. Os processos protetores mencionados incluem o território, as práticas tradicionais de subsistência, os programas sociais, a partilha de alimentos, a organização Thutaliñansu e os recursos financeiros provenientes da lavoura mecanizada na terra indígena. Os processos destrutivos são a não efetividade de programas sociais, a construção de hidrelétricas, a lavoura mecanizada, o aumento do porco-do-mato e a pulverização aérea de agrotóxicos nas lavouras ao redor da terra indígena. Compreender os processos protetores e destrutivos da segurança alimentar dos povos indígenas de Tirecatinga é essencial para a construção de políticas que promovam a soberania e segurança alimentar e nutricional desses povos.

PALAVRAS-CHAVE Políticas públicas. Povos indígenas. Segurança alimentar e nutricional.

ABSTRACT This article aims to identify the protective and destructive processes of food and nutritional sovereignty and security, from the perspective of the Indigenous peoples of Tirecatinga, an Indigenous land located in the municipality of Sapezal, in the state of Mato Grosso. This qualitative research was based on the theory of social determination proposed by Breilh. Semi-structured interviews and conversation circles with men and women were used, with the theme of territory. Among the results, the food insecurity of these Indigenous peoples, whose lands are surrounded by cotton and soy monocultures, and its most perverse effect, hunger, is evident. The protective processes mentioned include the territory, traditional subsistence practices, social programs, food sharing, the Thutaliñansu organization and financial resources from mechanized farming existing on Indigenous land. The destructive processes are the ineffectiveness of social programs, the construction of hydroelectric plants, mechanized farming, the increase in wild pigs and the aerial spraying of pesticides on crops surrounding Indigenous land. Understanding the protective and destructive processes of food security for the Indigenous peoples of Tirecatinga is essential for the construction of policies that promote the sovereignty and food and nutritional security of these peoples.

KEYWORDS Public policies. Indigenous peoples. Food and nutritional security.

¹Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) - Cuiabá (MT), Brasil. myllareis1305@gmail.com

Introdução

No contexto brasileiro, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) tem por premissa não somente o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, mas também a promoção de práticas alimentares saudáveis, respeitando a diversidade cultural e garantindo o direito a uma alimentação adequada¹. A soberania alimentar, termo surgido dos movimentos sociais, especialmente da Via Campesina, complementa e fortalece a SAN, na medida em que assegura o direito dos povos de decidirem sobre seus próprios sistemas alimentares, defendendo os saberes tradicionais, a biodiversidade e os territórios. Nesse sentido, a SAN, fortalecida pela perspectiva da soberania alimentar, adquire uma dimensão abrangente, que se reflete nas discussões promovidas nas Conferências Nacionais de Saúde Indígena.

As conferências reconhecem a interconexão entre saúde, cultura e acesso a alimentos adequados para os povos indígenas. Durante esses eventos, a discussão sobre segurança alimentar transcende a disponibilidade de alimentos, abarcando a compreensão de que a saúde indígena está ligada às práticas alimentares tradicionais, ao acesso à terra e à preservação de seus modos de vida².

Nesse contexto, o estudo realizado por Verdum³, entre 1994 e 1995, já evidenciava que a fome e a carência alimentar se manifestavam com maior intensidade em Terras Indígenas (TI) impactadas por projetos de infraestrutura, como rodovias, ferrovias, mineração, usinas hidrelétricas, bem como em territórios invadidos por garimpeiros, posseiros e madeireiros.

O I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas, realizado em 2008, reiterou problemas críticos, como insegurança alimentar, contaminação ambiental, urbanização crescente e aumento da violência. A desnutrição em crianças menores de 5 anos afetava cerca de uma em cada três delas, o que demonstrava a vulnerabilidade desses povos⁴.

Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), houve um enfraquecimento dos

órgãos de proteção ambiental e dos direitos dos povos indígenas. Essa situação gerou consequências desastrosas, como o aumento da desflorestação na Amazônia, o uso intensivo de recursos naturais e a entrada descontrolada de garimpeiros (mineiros ilegais) e empresas de mineração em territórios indígenas. Além disso, foi autorizada a liberação de agrotóxicos proibidos em outros países, o que agravou ainda mais a ameaça à integridade desses territórios e à disponibilidade de recursos como água, flora e fauna^{5,6}. As comunidades Yanomami e Mundurucu foram particularmente afetadas por essas práticas ilegais, as quais representam uma ameaça para o bem-estar e a segurança dos povos indígenas⁵. Inclusive, foi nesse contexto que o Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) devido à desassistência à saúde entre o povo Yanomami, no estado de Roraima, em janeiro de 2023⁷.

Paralelamente, o perfil de morbimortalidade se deteriora e se complexifica; permanecem a desnutrição, a anemia, as doenças infecciosas e parasitárias, e surgem a obesidade, o diabetes mellitus e a hipertensão arterial⁶. Os povos indígenas seguem sofrendo com o modo de produção capitalista e sua carga brutal de atrocidades. Para Iberê⁸ e Pessoa et al.⁹, o agronegócio se destaca como uma das atividades econômicas do modelo de desenvolvimento neoextrativista do Brasil. Esse modelo consiste na pilhagem dos grandes produtores e assujeitamento dos pequenos produtores a uma produtividade limitada e desvantajosa, reproduzindo a desigualdade e tornando impossível a sobrevivência e a garantia da soberania alimentar¹⁰.

Desde a Revolução Verde, o agronegócio adotou o discurso de que a nova tecnologia poderia alimentar todos, utilizando-o como justificativa ética para a intensificação da exploração da natureza e do trabalho humano, com vistas à produção de mais-valia e ao acúmulo de capital de forma acelerada e sem restrições^{10,11}.

De acordo com Canuto¹², o agronegócio tem promovido a concentração de terra e renda, causando desemprego, utilização de mão de obra análoga à escravidão, fomentando a grilagem de terra e o aumento do desmatamento na Amazônia e no Cerrado, além de seus efeitos negativos sobre a saúde humana e do rastro de violência e conflitos que o acompanha. No estado de Mato Grosso (MT), esses efeitos tornam-se mais evidentes. A expansão das fronteiras agrícolas, impulsionada pela monocultura de soja, milho e algodão, tem avançado sobre áreas de floresta, territórios indígenas e comunidades tradicionais, intensificando os conflitos socioambientais, o desmatamento e a contaminação por agrotóxicos, além de aprofundar as desigualdades sociais e econômicas da região.

No que se refere aos avanços desse modo de produção nos arredores e nos territórios indígenas em MT, Souza e Lima, Corrêa e Gugelmin¹³ mencionam que as queimadas e o desmatamento estão relacionados à abertura de novas áreas destinadas à produção de *commodities* e à pecuária extensiva. A ocupação da terra pelo agronegócio exerce pressão sobre os territórios indígenas, intensificando os conflitos fundiários e as tentativas de legalização da usurpação das terras.

Com base no cenário descrito, o conceito da determinação social da doença¹⁴ traz a possibilidade de analisar a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) como um processo de reprodução social que vincula a estrutura socioeconômica, política, cultural, com os modos e as condições de vida do grupo, e os efeitos finais nas pessoas.

Assim, pesquisas sobre a SSAN em territórios indígenas se fazem necessárias, visto que muitos estão ilhados pelo cultivo agrícola de monoculturas, como a Terra Indígena (TI) Tirecatunga, cercada por monoculturas de algodão e soja, características da economia da cidade de Sapezal/MT. Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar os processos protetores e destrutivos da SSAN na perspectiva dos povos indígenas de Tirecatunga.

Material e métodos

Trata-se de um estudo qualitativo, com abordagem descritiva e analítica, fundamentado no método dialético. Fez parte de um projeto maior intitulado ‘Do campo ao corpo’, conduzido pelo grupo de trabalho do Núcleo de Estudos em Ambiente, Saúde e Trabalho do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso (Neast/ISC/UFMT), em parceria com a Operação Amazônia Nativa (Opan).

O estudo foi realizado na TI Tirecatunga, localizada no noroeste do estado de MT, na cidade de Sapezal/MT, região de Cerrado. Essa terra foi demarcada em 1983 e possui uma área de 130.575 hectares, cercada por grandes fazendas de monoculturas de soja e algodão, tendo como limites geográficos os rios Papagaio e Buriti, que compõem a bacia do rio Juruena e banham a região onde vivem os povos Nambikwara, Terena, Paresi e Manoki¹⁵. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística¹⁶, há 244 pessoas na TI Tirecatunga, distribuídas em 12 aldeias.

No presente artigo, foram empregadas duas técnicas de coleta de dados: rodas de conversa e entrevistas semiestruturadas. O roteiro das rodas de conversa e da entrevista teve como tema principal a SSAN e o agronegócio, contemplando a produção, o acesso e a disponibilidade de alimentos, as transformações ambientais e seus efeitos nos itens anteriores.

Em razão da continuidade da Portaria nº 419/2020¹⁷, que impôs medidas temporárias para prevenir a infecção e disseminação do novo Coronavírus (covid-19), restringindo o acesso à TI Tirecatunga, a realização das rodas de conversa ocorreu no período de 20 a 23 de abril de 2022, na Pousada 3J, localizada no município de Poconé, a 100 km de Cuiabá e a aproximadamente 570 km da TI Tirecatunga. Como o projeto matricial foi realizado em parceria com a Opan, a organização definiu o local de realização das rodas de conversa com os indígenas. É importante destacar que todas as medidas sanitárias de prevenção contra a covid-19 foram seguidas, com a realização das

atividades em ambiente ventilado, com o uso de máscaras e a disponibilização de álcool em gel entre os participantes. Além disso, os pesquisadores foram testados previamente, com resultados negativos para a covid-19, assegurando a participação de todos os participantes nas atividades propostas.

Com relação às rodas de conversa, participaram 22 indígenas das seguintes aldeias (número de participantes, entre parênteses): Três Jacu (3), Utiariti (4), Novo Encantado (3), Caititu (4), Serra Azul (3), Anchieta (2) e Vale do Buriti (3). Participaram dessas atividades: jovens, adultos e idosos, homens e mulheres, convidados pelas lideranças locais. Cabe destacar que a maioria dos participantes era composta por mulheres e jovens.

Os participantes foram divididos em três grupos heterogêneos, definidos por sorteio para as atividades das rodas de conversa. Foram realizadas três rodas de conversa, mediadas por dois pesquisadores. É importante destacar que elementos do território apareceram nos diálogos, o que demonstra uma indissociabilidade entre território e alimentação para os indígenas.

Com a suspensão da Portaria nº 419/2020¹⁷, as entrevistas foram realizadas na TI Tírecatinga entre os dias 12 e 22 de julho de 2023. No total, 13 indígenas foram entrevistados, dos quais 9 eram mulheres. As entrevistas ocorreram na casa dos indígenas, distribuídas nas seguintes aldeias: Vale do Buriti (3), Cabeceira do Jabuti (1), Caititu (1), Utiariti (1), Serra Azul (2), Guarantã (3), Novo Horizonte (2).

As rodas de conversa e entrevistas foram registradas em áudio, a fim de garantir a precisão dos dados e maior interação entre o pesquisador e o entrevistado. As gravações foram transcritas integralmente e, posteriormente, submetidas à análise fundamentada na teoria da determinação social¹⁴, sob a perspectiva do materialismo dialético. Conforme Breilh¹⁴, essa teoria considera a realidade como um processo em constante movimento. É uma interpretação historicizada, na qual os processos

estruturais e sociais se mostram complexos, multidimensionais e interdependentes, sendo explicitados em dimensões geral, particular e singular. Os condicionantes se referem a cada tempo e espaço.

No processo de análise, buscaram-se manualmente, nas transcrições, os processos protetores e destrutivos da SSAN. Ou seja, os processos que favorecem a SSAN na TI Tírecatinga e os que provocam a privação ou a deterioração da vida e dos modos de vida dos povos indígenas de Tírecatinga.

Os extratos das falas utilizadas nos resultados foram identificados pelas iniciais da técnica utilizada – Roda de Conversa (RC) ou Entrevista (E) – e, posteriormente, por letras do alfabeto que distinguem os interlocutores. Quando necessário, números foram acrescentados às letras para evitar repetições.

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510/2016¹⁸, na Resolução CNS nº 466/2012¹⁹ e na Norma Operacional nº 001/2013 do CNS, a pesquisa foi encaminhada à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 36566320.0.0000.8124, e obteve aprovação sob o Parecer nº 4.684.527.

Resultados e discussão

SSAN na Terra Indígena Tírecatinga: processos protetores e destrutivos

As mudanças ocorridas em torno da TI Tírecatinga impuseram alterações profundas ao modo de vida dos povos indígenas, na interação entre a vida indígena e a imposição de diversos elementos próprios do modelo capitalista vigente. Desde 2015, com a construção do plano de gestão territorial e ambiental, os Nambikwara, Paresi, Terena e Manoki têm se mobilizado para o enfrentamento desses desafios, fortalecendo o protagonismo político e promovendo ações e iniciativas no contexto

do agronegócio e das obras e empreendimentos que os cercam¹⁵.

Assim, ao dialogar sobre território, saúde e segurança alimentar nas rodas de conversa e nas entrevistas, identificaram-se, como processos protetores para a SSAN, o próprio território, as práticas tradicionais (roça de toco, pesca, coleta e caça), a partilha de alimentos, os programas sociais (aposentadoria, Programa Bolsa Família e cestas básicas), a organização Thutaliñansu e os recursos financeiros provenientes da lavoura mecanizada em TI. Como processos destrutivos, incluíram-se a construção de hidrelétricas nos rios do Território, a lavoura mecanizada em TI, o desmatamento, o aumento de animais silvestres (porco-do-mato), a pulverização aérea de agrotóxicos pelas grandes lavouras ao redor da TI e a não efetividade dos programas sociais, conforme citado, por não conseguirem atender, de forma contínua, adequada e suficiente, às necessidades desses povos.

Para os povos indígenas de Tirecatunga, o território é considerado um processo protetor da SSAN, pois nele se tem acesso aos bens da natureza, incluindo o alimento e a água, além de conferir significado de pertencimento e identidade, onde se realizam os modos de vida e as tradições. Para esses povos, o território não é apenas um espaço geográfico e muito menos uma propriedade privada, uma mercadoria, visão da sociedade capitalista sobre a terra. Com base nessa compreensão, a terra equivale a capital, porque se valoriza sem trabalho aplicado diretamente nela. Concepção distinta daquela observada nas conversas informais com um dos participantes das rodas:

[...] a partir do nosso território é que a gente se define como o nosso povo. Porque é dentro desse território que a gente mantém nossas práticas, né? A gente tem a nossa cultura, por exemplo, as festas. [...] Temos nossos alimentos, que são os peixes, os porcos, que a gente come muito lá [...] é dentro do nosso território que a gente produz nossos artesanatos. [...] É dentro que a gente tem essa interligação junto com os animais, né? Então

ela [a terra] é a nossa vida, ela é nossa casa, ela é nosso lar, ela é tudo que faz a gente ser esse povo, que nós somos. Então, se não tiver o território, a gente também não tem a nossa existência. Então, ela que define a nossa existência, né? Esse território. Então, é de muita importância pra nós [...] (RCC1).

O território, então, relaciona-se com a autonomia dos povos que vivem em Tirecatunga, com a diversidade cultural e a sabedoria ancestral, fala que remete ao conceito de soberania alimentar. A relação construída com o território garante a produção de uma alimentação culturalmente adequada e ecologicamente sustentável, permitindo a construção de um sistema alimentar e agrícola distinto daquele propagado pelas grandes empresas e corporações de alimentos.

Para os povos indígenas, o território constitui um vínculo espiritual e cultural com suas vidas, além de proporcionar um senso de identidade, pois pertencem a ele e se sentem responsáveis por seu bem-estar²⁰. Para os indígenas que vivem em Tirecatunga, o território não se constitui apenas como um espaço físico, é o local onde expressam sua cultura, é um espaço de resistência e de identidade social. É visto como um espaço sagrado de conexão espiritual, onde a natureza não é um recurso, mas uma entidade viva que nutre e protege a saúde física e espiritual desses povos indígenas. Apesar de estarem submetidos há 500 anos de colonização, marcados pela imposição da lógica do capitalismo, do individualismo, do consumismo e do produtivismo, as falas mostram que os povos de Tirecatunga ainda lutam e resistem no sentido de organizar a vida cultural e social em torno do conceito do 'bem-viver'. Para Acosta, o 'bem-viver' baseia-se na harmonia e solidariedade entre o ser humano e a natureza²¹.

O território de Tirecatunga sofre pressões constantes do modo de produção avassalador e excludente do agronegócio, uma expressão concreta da dimensão geral; assim, os indígenas veem o agronegócio como processo destrutivo e trazem em suas falas o desmatamento, a

construção de hidrelétricas e a pulverização aérea do agrotóxico como processos que ocasionam a deterioração da garantia da soberania e da SAN, tanto na quantidade quanto na qualidade do alimento. Nesse sentido, é importante lembrar que, ao considerar apenas a quantidade de alimentos, a perspectiva mercantil e industrial do agronegócio em uma escala geral pode favorecer a redução dos preços dos alimentos, mas às custas da deterioração do próprio alimento e das terras onde é plantado, o que não garante a soberania alimentar²².

Segundo os indígenas de Tirecatunga, o desmatamento provocado pelas grandes fazendas de soja e algodão que circundam as TI afetou a diversidade biológica da região, levando à extinção de muitas espécies da flora e fauna, causando um desequilíbrio ambiental. Conforme relato, houve um aumento do número de porcos-do-mato, que, mesmo sendo um alimento para o povo indígena, torna-se um processo destrutivo, pois impossibilita o plantio das roças de toco, modo de plantar que não retira tocos e raízes, permitindo a rápida regeneração do local com a formação da capoeira².

E a questão de não fazer mais a roça, é que [...] hoje lá no nosso território aumentou muito o porco do mato. [...] as famílias até querem fazer, mas eles acabam [...]. E eles não vem pouquinho não, eles vêm de monte, cinquenta, cem, duzentos, trezentos porcos. E eles regaçam. [...] a gente vai ter que cercar as roças por causa da grande quantidade do porco do mato. Ele é um alimento nosso. A gente come ele também, mas eu acho que o predador, o bicho que come ele não... eu acho que há algum desequilíbrio na natureza... não está comendo muito, que é a onça e acho que ele não está comendo ele [referindo-se ao porco-do-mato] muito, aí ele está muito, muito forte (RCC1).

Embora a situação descrita sobre os porcos-do-mato possa parecer nova, esse contexto é resultado de um longo processo de colonização e exploração do meio ambiente e dos povos indígenas. Quando se introduz um modo de

produção predatório, como o agronegócio, o extrativismo e/ou a mineração e as mudanças nos modos de vida dos indígenas, observa-se uma ruptura no ciclo da cadeia alimentar, dentro de um ecossistema, uma ruptura do ‘metabolismo social’¹⁴. Essas atividades, que agem como superpredadoras, resultam na diminuição dos territórios indígenas e no consumo indiscriminado dos recursos naturais. Isso acarreta a destruição de florestas, bem como:

[...] a perda de biomassa dos biomas, a redução da cobertura vegetal nativa e o consequente desequilíbrio dos ciclos biogeoquímicos, das condições climáticas e a perda da sociobiodiversidade²³⁽¹²⁰⁾.

Paralelamente, ocorre uma alteração nas atividades de subsistência, comprometendo, dessa forma, a segurança alimentar dos povos indígenas²⁴. A caça passa a ser menos frequente, ocasionando maior sobrevida dos porcos-do-mato, que buscam as roças para se alimentar, uma vez que seu habitat e as fontes de alimentação naturais para várias espécies, incluindo os porcos-do-mato, foram eliminados.

Em 2003, Busatto²⁵⁽²⁹⁾ já apontava que o modo de produção agrícola implantado no entorno da TI Tirecatunga “pautou-se pela eliminação da diversidade biológica, mediante a imposição de um número limitado e controlado de monoculturas específicas, altamente rentáveis”. No curso desse processo, operou-se a destruição sumária do meio ambiente natural local. Entre 2000 e 2017, houve uma expressiva expansão do desmatamento na sub-bacia do Juruena: enquanto fora das TI o desmatamento foi de 13%, dentro delas, ocorreu 2% de desmatamento, indicando a preservação da cobertura da vegetação nativa nessas áreas, com temperatura média 1,5 °C mais baixa do que nos outros locais da bacia²⁶.

Em Tirecatunga, os povos indígenas dependem da preservação da cobertura da vegetação nativa e das águas, para manterem a prática da agricultura, da caça, da pesca e da coleta, vistas como processos protetores para o

autossustento, dentro da dimensão particular. No entanto, conforme o relato de um indígena, o desmatamento e o uso de agrotóxicos na região dificultam essas práticas e refletem sobre o modo de vida e a capacidade dos povos indígenas de subsistirem exclusivamente por meio de práticas tradicionais:

Eu acho que se hoje [...] fosse pra viver só disso [referindo-se à caça e a pesca] eu acho que eu não conseguiria mais viver, até que ainda tem alguma coisa né? Alguma caça, mas é muito, é muito raro por causa do desmatamento, né? E eu acredito que é por causa desse desmatamento, por causa do veneno que jogam na lavoura, porque os animais querendo ou não eles comem alimentação da lavoura, que é plantado na lavoura. [...] por exemplo a anta, veado, e porco mesmo, esses aí comem com plantaçoão que é plantado na lavoura mecanizada. E o que é plantado na lavoura mecanizada a gente sabe que ali usa muito veneno (RCM1).

Essa fala revela a complexidade do conflito entre modos de vida tradicionais e as pressões exercidas pelo modo de produção do agronegócio, que desafia constantemente os povos indígenas a repensarem seus modos de vida e sua SSAN. Para isso ocorrer, seria necessária a efetivação de políticas públicas de proteção ambiental (incluindo controle do comércio e uso de agrotóxicos) e territorial, além da garantia do direito de acesso a recursos naturais, muitas vezes privados por projetos infraestruturais implementados na região, como o caso das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). Também são necessários o respeito e a valorização das práticas culturais desses povos, associados a incentivos que promovam a sustentabilidade.

O Estado brasileiro, contudo, historicamente tem implementado políticas econômicas favoráveis ao modelo de produção agrícola voltado ao agronegócio e à exportação de *commodities*, que privilegiam os interesses das grandes corporações em detrimento dos pequenos agricultores, povos indígenas e quilombolas. As elites econômicas do agronegócio

utilizam sua riqueza e o poder político para influenciar políticas públicas em benefício próprio. No Congresso Nacional, a presença destacada da Frente Parlamentar da Agropecuária, conhecida como bancada ruralista, representa a interconexão entre o poder econômico e a esfera política, impactando diretamente as decisões e o direcionamento da política agrária do País⁶, que repercute nas dimensões particular e singular dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos entre outros.

Ao considerar o contexto de ocupação do estado de MT pelo agronegócio (dimensão geral), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prevê diversas obras, incluindo a construção de usinas hidrelétricas para resolver a escassez de eletricidade na região²⁷. Os agropecuaristas acabam usando esse programa para impulsionar a construção de PCH para abastecimento das fazendas e irrigação de algumas plantaçoões²⁶.

A construção dessas usinas impacta profundamente os modos de vida dos povos indígenas, resultando na deterioração do acesso e da qualidade da água. Os indígenas mencionaram a construção de PCH nos dois rios que delimitam a TI, como um processo destrutivo da SSAN e um motivo de preocupação em relação ao futuro dos povos que ali vivem:

[...] E tá tendo muito crescimento também das hidrelétricas, né? [...] Mas a gente sabe que o impacto na natureza é grande que vai causar. Então, através do governo ele dá essa insegurança pra gente que mora no território, preocupante, né? E a gente sabe que talvez futuramente as árvores e os rios que hoje a gente vê, talvez netos, a próxima geração, talvez, não verá mais isso, né? É pela ganância do próprio homem, acaba com destruição, né? (RCR3).

Estudos apontam que o modo de produção do agronegócio utiliza uma grande quantidade de água em todo o seu processo produtivo, o que pode ocasionar a diminuição do volume ou até mesmo o esgotamento dos rios e lençóis freáticos^{28,29}, bem como transformações no

ecossistema e em dimensões socioculturais e econômicas de comunidades ribeirinhas³⁰. Isso também tem ocorrido nos arredores da TI Tírecatinga:

Que é nessa época [seca], porque daí que acontece? Eles puxam a água do rio, aí eles irrigam a lavoura. Então é todo tempo, todo tempo. Lá não tem parada não. Planta uma aí colheu aquela, e já planta a outra em cima, porque eles têm irrigação na lavoura deles (RCM1).

Observa-se, assim, a expropriação do recurso natural (água dos rios) e de um bem considerado público (água), sem o devido controle por parte de Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que define normas específicas para captação de água de rios, lagos e nascentes, a fim de cumprir as obrigações ambientais³¹. A situação se agrava ainda mais com a promulgação da Lei nº 14.701/2023 (mesmo que inconstitucional), que dispõe sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de TI, permitindo a exploração hídrica, a expansão da malha viária, a exploração de alternativas energéticas, garimpeiras e mineradoras em TI brasileiras, independentemente da consulta às comunidades indígenas das regiões ou à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)³².

Os resultados do II Sistema de Vigilância e Monitoramento em Segurança Alimentar e Nutricional (Vigisan) indicam que a segurança alimentar depende da segurança hídrica e necessita de políticas específicas de abastecimento e políticas estruturais para combater as mudanças climáticas, proteger os recursos hídricos e regular o uso de mananciais³³.

As estratégias de usurpação do território indígena são múltiplas. No caso de Tírecatinga, as frentes de expansão promovidas pelo governo federal, na década de 1970, impulsionaram a economia primária e o escoamento da produção agrícola, atraindo os trabalhadores, gerando demanda de moradia, fomentando o comércio local e a criação da cidade de Sapezal. Nesse processo, houve a delimitação

dos territórios indígenas, permitindo que o restante das terras fosse utilizado pelo agronegócio e na produção de *commodities*; conflitos e mortes para apropriação das terras como bem privado; políticas de incentivo e isenção fiscal para os grandes produtores; tentativas de inserção dos povos indígenas na economia do mercado; e agora a expropriação da água por meio das hidrelétricas.

Em Tírecatinga, as águas não são apenas fonte de consumo; elas possuem um valor cultural. No domínio singular, os indígenas utilizam as águas para o banho, para as atividades de lazer, para a prática da pesca de autoconsumo, oferta para os animais de criação e da fauna, além de considerarem alguns pontos do rio como sagrado. Portanto, os impactos causados pela construção de PCH têm efeito muito mais amplo e significativo, muito além da segurança alimentar e soberania desses povos.

Esses empreendimentos, advindos de políticas de ‘desenvolvimento’ (domínio geral), contrapõem-se à possibilidade de implementar um desenvolvimento sustentável, sendo que os impactos negativos são pagos pelo meio ambiente e pela própria população indígena que ali vive – e que se encontra em uma situação de vulnerabilidade diante da imposição das políticas nacionais, que acabam por beneficiar o agronegócio. Essas políticas impactam negativamente o domínio particular ao reduzir o acesso a recursos naturais como água e pesca, essenciais para garantir a segurança alimentar nas aldeias. O capitalismo, na sua vertente mais predatória, opera em diferentes frentes que, progressivamente, enfraquecem as estruturas das sociedades periféricas e esgotam seus recursos naturais (água, fauna, flora, solo). Suas ações são explícitas; em outras, manifestam-se de forma sutil e dissimulada. Assim, vai tecendo uma complexa teia de dominação em múltiplas direções, difíceis de serem superadas.

No que se refere às compensações financeiras oferecidas por ocasião das construções de usinas hidrelétricas no território, tem-se a implantação de tanques de peixes em algumas aldeias, mas que

não garantiram acesso contínuo e de qualidade do pescado para toda a comunidade e afetaram a organização social dos homens.

[...] porque hoje tem muito impacto ao nosso redor, dos rios, principalmente da usina, é usina vem implanta ali, paga uma compensação pros índios. Dá as coisas pros índios, [...]. E tá impactando principalmente a organização social dos homens. É o principal impacto que eu vejo, e que deixa muito triste, dessas usinas é o impacto, é da organização deles. [...] Eu não como muito esses peixes do tanque, eu prefiro do rio. Porque eu não sei como que tá aquelas rações, já tá tudo, já vem com muita coisa também dentro, né? É já vem com muita química, muita coisa dentro da ração, o peixe já está com muita coisa ali dentro, não é uma coisa saudável (EC1).

De certo modo, a construção desses tanques representa uma mudança na relação da comunidade com o ambiente, pois a obtenção de peixes de rios para a alimentação exigia apenas o manejo de práticas tradicionais de pesca-ria (individual ou coletiva). Com os tanques, a dinâmica muda, e a transição é permeada pela necessidade de aprendizado de novas habilidades de trabalho, como a alimentação adequada dos peixes, a manutenção da qualidade da água nos tanques e todo o processo de manejo, que não fazem parte de suas práticas tradicionais. Apesar do treinamento oferecido aos indígenas, a manutenção da piscicultura na aldeia exige recursos financeiros consideráveis. Esses recursos são necessários para aquisição de matrizes, compra de ração para a criação e engorda dos alevinos, compra de equipamentos para o manuseio dos peixes e monitoramento das condições da água, o que pode ter sido um dos fatores que impactaram negativamente na continuidade do funcionamento desses tanques nas aldeias. Foram instalados 15 tanques de peixe, porém, em 2023, somente 2 estavam ativados.

Outro processo destrutivo mencionado pelos indígenas de Tirecatunga são os agrotóxicos. A deriva das pulverizações aéreas de

agrotóxicos das grandes lavouras ao redor da TI inviabiliza a coleta e a prática da roça de toco (perda do plantio). Os indígenas mencionam preocupação e tristeza, principalmente quanto à possível contaminação das águas e dos peixes, que pode impactar na SSAN, visto que o peixe, além de ser um alimento importante para o corpo por ser rico em proteínas e ter micronutrientes necessários à dieta alimentar, também faz parte de algumas tradições culturais desses povos²⁵.

[...] Aí nossa aldeia fica bem próxima a lavoura e o rio né? Aí quando chove também desce lá, é baixada, aí vem da lavoura, ele cai tudo dentro do rio, aí desce aqueles agrotóxicos que suja toda água lá com veneno [...] Muitas vezes a gente vê os galão dentro d'água, assim que eu me preocupo muito [...] Até eu penso: por que que tá morrendo nosso peixe criado, né? Talvez até por causa desses água suja, né? Que cai nos açudes, isso que é minha preocupação (RCL1).

Além dos peixes, outros animais, como o tatu e a ema, que fazem parte da alimentação dos indígenas de Tirecatunga²⁵, são afetados devido à contaminação das poças de água pelos agrotóxicos ou pelo consumo, por esses animais, das folhas oriundas da plantação de monoculturas. Nesse sentido, a qualidade da carne desses animais é uma preocupação constante nas falas.

[...] Eu já vi muito tatu bem magrinho na estrada. Por causa do quê? Eles tomam água envenenado da estrada, né? Porque é a única água que ele encontra pra eles bebê, [...] as grandes poças na lavoura com certeza tá com veneno e o tatu o animal vai e toma e já tá contaminado. [...] a gente fica preocupado por isso, porque ainda a gente usa alimentação da natureza [...] Que nem um tatu mesmo, a gente usa a carne da ema, a gente usa pro consumo. Então é preocupante e a gente não sabe o que aquela carne do animal tem, né? Se está contaminado ou não, mas infelizmente a gente, muitas vezes a gente come pra sobreviver daquilo, né? Então isso é tanto animal como a água também, né? (RCM1).

A pulverização aérea de agrotóxicos também afeta a produção de pequi e a economia local. Além de ser alimento, o pequi é uma importante fonte de renda para as famílias, com a venda do excedente coletado no cerrado,

[...] que entra já o pequi né, que quando tem pequi, isso ajuda muito essa família mais necessitada, que eles catam, vai vender e sempre tem um dinheirinho extra né, pra aqueles que não tem trabalho [...] (RCK1).

Os relatos de uma queda abrupta na produção dos frutos do pequi sugerem uma relação com o uso de agrotóxicos (herbicidas e inseticidas) utilizados no cultivo do algodão e da soja.

O ano passado nós tinha fruto de pequi, pequi carregado na nossa área. [...] de um dia pro outro os pequi caiu tudo no chão! Não era pequi maduro. Já em fase de amadurecer, caiu tudo! Nós não tivemos pequi o ano passado. Nós não comemos pequi. Agora por que que caiu? Falta de chuva eu acho que não foi, né? E por que ele caiu tudo? Nós não tivemos pequi o ano passado (RCG1).

A literatura tem evidenciado o uso intenso de agrotóxicos em MT^{34,35}, inclusive com a poluição intencional derivada de agrotóxicos e seus impactos no modo de vida da população de municípios localizados próximos às grandes lavouras, identificando a poluição para além da área de lavoura, bem como o ambiente circunscrito³⁴. Os resultados das análises sobre a presença de agrotóxicos nas águas de comunidades Guarani Kaiowá de Mato Grosso do Sul identificaram a presença de 22 Ingredientes Ativos (IA), com destaque para:

Fipronil, 2,4-D, Clomazona, Atrazina, Diuron e Simazina. Dos IAs detectados, 41% são classificados como altamente tóxicos, apresentando graves riscos à saúde, e 68% desses compostos são proibidos na União Europeia. Ressalta que em 82,2% das amostras foi detectada pelo menos um IA. Esses resultados evidenciam os

impactos adversos do uso intensivo de agrotóxicos em *commodities* agrícolas, comprometendo a saúde e a SSAN desses povos indígenas³⁶⁽¹⁾.

Para além da contaminação por agrotóxico, cabe também refletir sobre a escassez de alimentos para os animais devido à desflorestação. É possível identificar, pelas falas, a crise da biodiversidade. Segundo Shiva³⁷, essa crise não se resume ao desaparecimento das espécies, mas sim a uma crise que ameaça os meios de subsistência e a autossuficiência de comunidades tradicionais, gerando desigualdades e dominação de saberes colonizadores. Conforme Breilh³⁸⁽¹⁹⁾,

[...] o modelo econômico vigente, é irracional por não permitir o espaço à vida, e por gerar padrões de vida insalubres, inseridos num sistema ecológico contaminado e em involução.

Durante as rodas de conversa, ficou evidente a ambivalência de sentido da lavoura mecanizada Haytsu existente em Tirecatinga. Desde 2003, os Nambikwara e os Paresí de Tirecatinga têm adotado a prática da lavoura mecanizada em parte de suas terras, com enfoque na produção de soja (safra) e milho (safrinha). Quando os recursos financeiros advindos do lucro das safras de soja são destinados às aldeias e utilizados para aquisição de alimentos, tratamentos e exames de saúde e/ou outras benfeitorias, a lavoura mecanizada Haytsu é percebida como um processo protetor. No entanto, a distribuição dos recursos financeiros provenientes da venda da safra gera conflitos internos e impacta na coesão social, nas formas tradicionais de cooperação e alianças colaborativas, afetando o bem-estar coletivo dos indígenas. Nesse sentido, a lavoura mecanizada passa a ser vista como um processo destrutivo. Conforme Viapiana, Gomes e Albuquerque³⁹⁽¹⁷⁸⁾:

[...] não existem processos protetores ou destrutivos de forma abstrata. É no seu desenvolvimento concreto que os processos adquirem

caráter protetor ou destrutivo. Um mesmo processo pode ainda desencadear simultaneamente efeitos protetores e destrutivos.

Conforme a fala a seguir:

[...] tá levando a desunião pra dentro da nossa aldeia, né? Uma das coisas que eu percebi, é uns anos atrás, bem antes de nós iniciar a lavoura, e antes de esses projetos, de tudo que cê imaginar ir pra dentro das nossas comunidade, de nós indígena, assim nós indígenas [...] era bem unido mesmo. Um ia fazer roça, todo mundo ajudava, um ia fazer uma coisa, todo mundo ajudava. E, eu me lembro até hoje, tem um rapaz da Funai, o nome dele é [...] ele falou assim: eu vou falar uma coisa pra vocês, vocês são bem unido, tão unido ainda, dentro da Reserva de Tirecatinga, vocês tão unido. Muito bonito isso, a sua união! Mas a hora que entrar projeto dentro de suas comunidades, vocês vão ver a desunião que vai ter. E foi certo que ele falou [...] e quando começou a entrar esses empreendimentos, né? De PCH, de lavoura pra nossa comunidade, que é assim, os nossos líderes, os nossos representantes que trabalham na frente do projeto, e eu não sei o que que eles pensam, porque, [...] há muita [...] discordância entre nós e eles, né? Porque eles fazem de um jeito e a gente vê que daquela forma que estão fazendo está errado, e você vai falar eles não aceitam, eles querem fazer do jeito que eles entendem de fazer [...] é a lavoura sim tá ajudando, tá eu não vou mentir, tá ajudando a comunidade, [...] mas precisa sim que nem eu falei lá atrás, eu falei que precisa sim, de uma boa administração. Isso precisa (RCM1).

A lavoura Haytsu é uma forma de ação coletiva dos povos da TI Tirecatinga diante das pressões impostas pela convivência com o não indígena, pela inefetividade de políticas públicas que atendam às suas necessidades de educação, saúde e alimentação, e a ausência de políticas públicas estruturais que alterem o modelo de desenvolvimento econômico baseado no agronegócio, que privilegia a acumulação de capital e a produção de *commodities* em detrimento da preservação

de formas tradicionais e sustentáveis de vida. Vale ressaltar que a lavoura mecanizada em Tirecatinga não tem como objetivo primário a acumulação de bens e dinheiro, mas sim o atendimento às necessidades básicas que o Estado deveria suprir. Contudo, tem desencadeado conflitos internos em Tirecatinga, manifestados por divisões entre aldeias e alterações na organização social desses povos.

Esse resultado é semelhante ao estudo de Nascimento e Rossetto⁴⁰, que apontou conflito interno, bem como preocupações com o impacto na cultura e estrutura social da comunidade, com a implantação da lavoura mecanizada na TI Paresí, localizada no sudoeste de MT. Para os autores, a economia dos Paresí enfrentou impactos negativos ao longo de sua história. Diante dessa situação, eles buscaram desenvolver alternativas econômicas:

[...] foram várias as alternativas econômicas propostas por políticas indigenistas nas terras Paresí, sendo que algumas ficaram apenas no papel, outras foram desenvolvidas, mas estão inviabilizadas⁴⁰⁽⁶⁾.

Diante da persistência das dificuldades econômicas e do fracasso das políticas indigenistas, uma parte dos Paresí defendeu, na época, a mecanização da agricultura em suas terras, optando por parcerias com produtores locais que forneciam maquinário, insumos e custos, enquanto os indígenas contribuíam com mão de obra assalariada e a terra, recebendo uma porcentagem da produção. Entretanto, a finalização desses contratos gerava preocupação, pois os Paresí passaram a depender desse recurso como principal fonte de renda.

No que se refere ao acesso às políticas sociais, os indígenas apontam o recebimento do Bolsa Família, de cestas básicas e de aposentadoria como processos protetores para a SSAN, visto que o recurso financeiro permite a aquisição de alimentos e de gás nos mercados de Sapezal. Como processos destrutivos, mencionam a falta de continuidade dos programas assistenciais, como a entrega de cestas básicas,

e a não efetividade desses programas, que não atendem à real necessidade da população:

[...] Agora essa doação, essa cesta que o governo tá mandando, né? Num é muito, mas vem, né? [...] Só que não é todo dia também, não é todo mês, né? [...] isso aí vem cada quatro meses aí, eu nem lembro mais a última vez que veio. [...] Aí a cesta, no primeiro mês na pandemia, veio um cestão. Está diminuindo. Está diminuindo né? Então pra quem tem filho bastante, isso já não é mais um, uma alimentação que quente, né? (RCG1).

Alcantara e Gugelmin⁴¹⁽¹²⁶⁾ apontam que

[...] as políticas públicas e os programas implementados são moldados por um contexto histórico, social e ideológico, o que nem sempre resulta em mudanças significativas no panorama social ou no estado nutricional da população.

Em Tirecatina, observa-se que o sistema capitalista tira dos sujeitos a capacidade de produzir seus alimentos e os coloca em uma situação de dependência de políticas assistenciais. Esses programas não trazem transformações estruturais na macroeconomia do País, na organização social, na questão agrária ou ambiental. Assim, acabam assumindo um caráter assistencial que produz dependência e aumenta desigualdades, opressões e subordinações.

A complexidade dos contextos sociais, históricos e culturais existentes entre os povos indígenas precisa ser considerada em intervenções relacionadas à educação, saúde e alimentação⁴². Nesse sentido, as doações de cesta básica e o Programa Bolsa Família são aplicados sem adequações às necessidades específicas dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Elliott et al.⁴³ mencionam que, para alcançar a segurança alimentar e fortalecer o acesso aos alimentos tradicionais, é necessário o empoderamento das comunidades aborígenes, a renovação das relações familiares e comunitárias, além de medidas políticas e regulamentações

governamentais no Canadá. Os autores mencionam ainda que a falta de controle sobre o uso da terra e água por não aborígenes, a contaminação ambiental, o desmatamento e as mudanças climáticas impactam o acesso aos alimentos tradicionais. Além disso, indicam que há escassa atenção a essas questões na tomada de decisões, sublinhando a necessidade de uma representação política aborígene no governo para implementar transformações efetivas.

Nós não tínhamos muito recurso [referindo se à associação], mas nós abria mão de que tinha pra ajudar aquela mulher que estava lá precisando. [...] Nós ajudemos muitas mulheres aqui. Por exemplo, nós via quando eles não tinham alimentação [...] (RCM1).

A conscientização das mulheres quanto à sua força, ao desenvolverem um apoio mútuo às mulheres e famílias em situação de vulnerabilidade, foi um movimento importante de ação intencional, autônoma e transformadora durante a pandemia e que se mantém até hoje, especialmente com o incentivo para a realização de cursos (artesanato, costura, empreendedorismo) e desenvolvimento de projetos de sustentabilidade, como a proposta de turismo sustentável e produção de alimentos orgânicos dentro da TI Tirecatina. São ações coletivas desenvolvidas na dimensão particular que potencializam a segurança alimentar e constroem a soberania alimentar para os povos indígenas que vivem em Tirecatina. Ao mesmo tempo, é o reconhecimento de um ‘Nós’ político em um território pluriétnico.

A partilha de alimentos entre os indígenas também foi identificada como um processo protetor da SSAN e, quando as famílias ligadas ao mesmo grupo social apresentam necessidades – essa prática está presente, refletindo a reciprocidade em sua dimensão singular. Um dos entrevistados relata que

[...] sempre falta né, sempre falta né. [...] muitas vezes não é só a gente que consome, mas vem as

famílias da gente, a gente acaba dividindo né, aí sempre vai faltar algum item (ER).

Isso sugere um consumo coletivo e uma rede de reciprocidade generalizada, em que os alimentos são distribuídos dentro do grupo familiar com a expectativa de que, em algum momento, outros também contribuirão. Há uma obrigação moral implícita de compartilhar, elemento central da teoria da reciprocidade de Marcel Mauss⁴⁴, apesar da limitação material existente. Esse compartilhamento alivia a fome e funciona como um mecanismo de proteção coletiva, porém resulta em escassez de certos itens alimentares, o que afeta a estabilidade e evidencia os desafios enfrentados para garantir a SAN.

No caso de Tirecatinga, a reciprocidade se manifesta na partilha dos alimentos entre pessoas com laços de parentesco. Ainda que haja mudanças no acesso aos alimentos (em sua maior parte adquiridos nos mercados em Sapezal), os indígenas parecem manter a partilha, principalmente de alimentos da roça/coleta/pesca e caça, de forma a garantir que todos tenham acesso a algo, mesmo que pontualmente falte. Contudo, essa dinâmica tem sido afetada pela interação com a cidade, onde as trocas são mediadas pelo dinheiro e acabam repercutindo na venda de certos produtos alimentares dentro das aldeias. Essa situação tem sido relatada entre os aborígenes do Canadá⁴³.

A venda e/ou o não compartilhamento de alimentos para pessoas que não sejam do mesmo grupo de parentesco, rompendo com práticas tradicionais de reciprocidade, podem ser compreendidos como parte do processo de transformação nas dinâmicas sociais e econômicas dos povos indígenas, impactando diretamente a soberania e a SAN desses povos, uma vez que fragiliza os sistemas tradicionais de acesso, enfraquece os laços comunitários, e aumenta a dependência dos mercados externos, colocando em risco a autonomia alimentar e a reprodução cultural desses povos.

Considerações finais

O enfoque do artigo nos processos protetores e destrutivos da SSAN capturou as diversas interfaces entre sistemas econômicos e cosmológicos que não estão diretamente conectados, mas que coexistem em um espaço geográfico e temporal. A discussão transitou entre a posição que os povos indígenas de Tirecatinga ocupam na estrutura produtiva da região, suas relações com a natureza e com o agronegócio e as repercussões sobre a SSAN. Para os povos indígenas, a segurança e a soberania alimentar estão intrinsecamente ligadas à proteção de seus territórios, saberes tradicionais e modos de vida.

Ao utilizar a perspectiva crítica, fundamentada na teoria da determinação social da saúde¹⁶, ela potencializou análises mais abrangentes de uma realidade complexa construída nos processos históricos, o que permitiu compreender o agravamento da situação de insegurança alimentar entre os povos indígenas de Tirecatinga, a partir do processo destrutivo imposto pelo modo de produção do agronegócio.

Mesmo considerando processos protetores e destrutivos, percebe-se que, na realidade, esses processos se intercalam e geram a subsunção das dimensões geral, particular e singular. Assim, pensar na SSAN entre povos indígenas exige a compreensão dos processos históricos, sociais e culturais desenvolvidos por povos indígenas que são ativos, agentes de seu fazer e de sua existência. Todavia, lutam contra forças poderosas, que minam suas estruturas sociais e seu ambiente, de modo a garantir a permanência de relações desiguais e a reprodução do capital.

Os indígenas de Tirecatinga, em síntese, expressaram como processos destrutivos: as grandes fazendas de soja e algodão no entorno da TI Tirecatinga; as técnicas agrícolas advindas desse modo de produção, entre elas o uso de agrotóxicos, sobretudo por pulverização aérea; os impactos provocados nas águas dos rios e no ambiente; e as usinas hidrelétricas.

Os povos indígenas, em sua história, recorrem à natureza para garantir sua SSAN e existência, e as mudanças ambientais, sociais e a imposição do limite territorial foram compreendidas como processos destrutivos que interferem na SSAN. Os povos indígenas de Tirecatina estão tentando existir e resistir nesse contexto e, para isso, constroem ações coletivas que protegem a vida e promovem a SSAN – entre elas, estão a reciprocidade, a produção da lavoura e a organização Thutaliñansu.

Torna-se necessário assegurar o direito humano à alimentação adequada e discutir o modo de produção hegemônico instituído no País, pois esse modo de produção, imposto econômica e politicamente no Brasil, tem impactado negativamente os territórios indígenas, potencializando a insegurança alimentar desses povos. Diante disso, impõe-se a necessidade de pensar em outros modos de produção que tenham como princípio a saúde da terra e das populações, tendo como base uma divisão equitativa das riquezas, o bem-estar social dos povos e o uso sustentável dos recursos naturais.

A organização indígena Thutaliñansu desempenha um papel fundamental na resistência contra o avanço do modo de produção excludente do agronegócio. Outrossim, tem fortalecido a SSAN por meio de práticas agrícolas sustentáveis dentro da TI Tirecatina. Além disso, há necessidade de construir e fortalecer espaços, já existentes, de diálogo e articulação para estratégias colaborativas entre os indígenas, gestores de saúde e representantes governamentais. A busca por soluções que promovam a SSAN nas aldeias indígenas reflete não apenas uma necessidade imediata de acesso a alimentos, mas também um compromisso com a preservação das

identidades culturais e a promoção da saúde integral dessas populações.

Apesar de suas contribuições para a compreensão dos impactos do agronegócio na SAN e na soberania dos povos indígenas da TI de Tirecatina, o estudo apresenta algumas limitações. Uma delas decorre da redução do tempo de permanência na TI, imposta pela pandemia da covid-19. Essa limitação prejudicou o trabalho de campo, restringindo o aprofundamento das interações com a comunidade e a coleta de informações mais abrangentes.

Quanto ao modelo de produção agropecuária vigente no estado de MT e no Brasil, este requer processos ampliados de expropriação dos recursos naturais existentes na região e subordinação dos povos indígenas, causando impactos em sua reprodução pelos modos tradicionais, conforme apontado neste artigo. A soberania alimentar permanece sob constante ameaça pela expansão de atividades extrativistas, pela mercantilização da natureza e pela violação de direitos territoriais. O direito à alimentação adequada é indissociável do direito aos territórios tradicionais. Assim, garantir a soberania e a segurança alimentar indígena exige transformações estruturais e políticas intersectoriais que combinem a demarcação de terras, o apoio a práticas agrícolas tradicionais e a participação efetiva desses povos na construção de políticas alimentares que incorporem aspectos culturais, ambientais e econômicos.

Contribuições de autoria

Reis AFC (0000-0003-2674-4457)*, Gugelmin SA (0000-0002-4818-1344)* e Corrêa MLM (0000-0001-7812-0182)* contribuíram igualmente para a elaboração do manuscrito. ■

*Orcid (Open Researcher and Contributor ID).

Referências

1. Presidência da República (BR). Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 2006 set 18; Edição 179; Seção 1:1-2.
2. Salgado CAB. Segurança Alimentar e Nutricional em terras indígenas. Rev Estud Pesqui. 2007;4(1):131-86.
3. Verdum R. Mapa da fome entre os povos indígenas: uma contribuição à formulação de políticas de segurança alimentar no Brasil. Soc Debate. 2003;9(1):129-62.
4. Cardoso AM, Horta BL, Coimbra Junior CEA, et al. Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas. Rio de Janeiro: Funasa; 2009. Relatório Final (Análise de dados), n. 7. 494 p.
5. Alcântara MLB. Brazil. In: Mamo D. The Indigenous World 2024. 38th ed. Copenhagen, Denmark: The International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA); 2024. Part 1, p. 319-27.
6. Leite MS, Athila AR, Ferreira AA, et al. Determinantes sociopolíticos dos perfis nutricionais e de insegurança alimentar entre povos indígenas no Brasil contemporâneo. Rev Nutr. 2024;37:e230117. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-9865202437e230117>
7. Ministério da Saúde (BR), Gabinete do Ministro. Portaria GM/MS nº 28, de 20 de janeiro de 2023. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência de desassistência à população Yanomami. Diário Oficial da União [Internet], Brasília, DF. 2023 jan 20 [acesso em 2025 jan 2]; Edição 15-D; Seção I:1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-28-de-20-de-janeiro-de-2023-459177294>
8. Iberê D. Povos indígenas: alimentos, ancestralidade e sagrado em tempos de crise. Cad OBHA. 2020;1:36-44.
9. Pessoa VM, Almeida MM, Carneiro FF. Como garantir o direito à saúde para as populações do campo, da floresta e das águas no Brasil? Saúde Debate. 2018;42(Esp 1):302-14. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S120>
10. Breilh J. Hacia una redefinición de la Soberanía Agraria: Es Posible La Soberanía Alimentaria sin Cambio Civilizatorio y Bioseguridad? In: Bezerra I, Perez-Cassarino J, organizadores. Soberanía Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe. Curitiba/PR: Editora UFPR; 2016. p. 55-68.
11. Breilh J. Pilhagens, Ecosistemas e Saúde. In: Miranda AC, Barcellos C, Moreira JC, organizadores. Território, ambiente e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 159-82.
12. Canuto A. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. Rev Nera. 2004;7(5):1-12.
13. Souza e Lima FAN, Corrêa MLM, Gugelmin SA. Territórios indígenas e determinação socioambiental da saúde: discutindo exposições por agrotóxicos. Saúde Debate. 2022;46(Esp 2):28-44. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E202>
14. Breilh J. Critical epidemiology and the people's health. Nova York: Oxford University Press; 2021.
15. Povos Nambikwara Wakalitesu e Halotesu, Manoki, Paresi e Terena. Plano de Gestão da Terra Indígena Trecatinga. Cuiabá: Opan, 2015. 125 p.
16. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2022 [Internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 2022 [acesso em 2024 out 21]. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>
17. Ministério da Justiça e Segurança Pública (BR), Fundação Nacional do Índio. Portaria nº 419, de 17 de março de 2020. Estabelece medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito da Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Diário Oficial da União [Internet], Brasília, DF. 2020 mar 19 [acesso em 2025 jan 2]; Edi-

- ção 54; Seção I:46. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=19/03/2020&jornal=515&pagina=46&totalArquivos=84>
18. Conselho Nacional de Saúde (BR). Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais [Internet]. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 2016 maio 24 [acesso em 2025 jan 2]; Edição 98; Seção I:44-46. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>
 19. Conselho Nacional de Saúde (BR). Resolução nº 466, de 12 dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e revoga as Resoluções CNS nos. 196/96, 303/2000 e 404/2008 [Internet]. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 2013 jun 13 [acesso em 2025 jan 2]; Edição 112; Seção I:59-62. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/atos-normativos/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf>
 20. Wegerif MCA, Guereña A. Land Inequality Trends and Drivers. *Land*. 2020;9(4):101. DOI: <https://doi.org/10.3390/land9040101>
 21. Acosta A. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Breda T, tradutor. São Paulo: Editora Elefante; 2016.
 22. Mendes C, Gonçalves JR. Segurança e Soberania Alimentar: o caso brasileiro (1994-2015). *Cad CRH*. 2023;36:e023009. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v36i0.42137>
 23. Araújo IMM, Oliveira AGRC. Agronegócio e agrotóxicos: impactos à saúde dos trabalhadores agrícolas no Nordeste brasileiro. *Trab Educ Saúde*. 2017;15(1):117-29. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00043>
 24. Santos RV, Coimbra Jr CEA. Cenários e tendências da saúde e da epidemiologia dos povos indígenas no Brasil. In: Coimbra Jr CEA, Santos RV, Escobar AL, organizadores. *Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Abrasco; 2005. p. 13-47.
 25. Busatto ILV. Nambikwara da Terra Indígena Tirecatinga – Mato Grosso: agricultura, espécies e variedades tradicionais [dissertação]. Cuiabá (MT): Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade Federal de Mato Grosso; 2003. 107 p.: il.
 26. Santos T. Jurueña: carbono e serviços ambientais nas terras indígenas. Cuiabá (MT): Operação Amazônia Nativa; 2020. 96 p.
 27. Girardi EP. Uma leitura da questão agrária em Mato Grosso. *Confins*. 2015;(25). DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.10446>
 28. Santos L, Graciano M, Araújo J, et al. Agronegócio e a busca por terra e água: uso do solo, irrigação e estrutura fundiária na região do Alto Paranapanema. *Rev PG Geogr*. 2023;21(3):248-68.
 29. Scantimburgo A. O avanço do agronegócio e o aumento dos conflitos pelo uso da água *Leit Econ Pol* [Internet]. 2016 [acesso em 2025 jan 2];(24):27-54. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/imagens/arquivos/artigos/3490/Artigo2.pdf>
 30. Silva EA. Transformações socioespaciais e a problemática ambiental no Brasil: o caso das hidrelétricas. *Caminhos de Geogr* [Internet]. 2007 [acesso em 2025 jan 2];8(23):34-40. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>
 31. Presidência da República (BR). Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 [Internet]. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 1997 jan 9 [acesso em 2024 out 21]; Edição 6; Seção I:470-4. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm
 32. Henrique L. PL 490/07: entenda o que pretende o PL do Marco Temporal. *Politize!* [Internet]. 2023 maio 31 [acesso em 2025 nov 5]; Cidadania, Cultura e Sociedade, Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.politize.com.br/pl-do-marco-temporal/>

33. Rede PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: II VIGISAN: relatório final. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN; 2022.
34. Pignati WA, Machado JMH, Cabral FM, et al. Acidentes rurais ampliados: o caso das chuvas de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde, MT. *Ciênc saúde coletiva*. 2007;12(1):105-14. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000100014>
35. Moreira JC, Peres F, Simões AC, et al. Contaminação de águas superficiais e de chuva por agrotóxicos em uma região de Mato Grosso. *Ciênc saúde coletiva*. 2012;17(6):1557-68. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000600019>
36. Pinho A, Calheiros DF, Almeida FS, et al. Agrotóxicos e violações nos direitos à saúde e a soberania alimentar em comunidades Guarani Kaiowá de Mato Grosso do Sul. à soberania alimentar em comunidades Guarani Kaiowá de MS, Brasil. *Ciênc saúde coletiva*. 2024;29(12):e06462024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320242912.064620241>
37. Shiva V. *Monocultura da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Editora Gaia; 2013.
38. Breilh J. O agrário e os 3 's' da vida. In: Isch E, Zapata A. *Terra e água: inter-relações de acesso desigual*. Quito: Edições Sipaie; 2010. p. 10-23.
39. Viapiana VN, Gomes RM, Albuquerque GSC. Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença. *Saúde Debate*. 2018;42(Esp 4):175-86. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S414>
40. Nascimento OA, Rossetto OC. Modernização da agricultura em terras indígenas paresí no sudoeste de Mato Grosso – Brasil. In: 3º Simpósio Nacional de Geografia Agrária; 2º Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira; 2005 nov 11-15; Presidente Prudente. Presidente Prudente: Unesp; 2005.
41. Alcântara LBC, Gugelmin SA. Políticas públicas em alimentação e nutrição no Brasil. In: Barros DC, Silva DO, Gugelmin SÁ, organizadores. *Vigilância alimentar e nutricional para a saúde Indígena*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. p. 123-54. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788575415870.007>
42. Nascimento IS. *Segurança Alimentar e Etnodesenvolvimento na Terra Indígena Panambizinho [dissertação]*. Brasília, DF: Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília; 2013.134 p.: il.
43. Elliott B, Jayatilaka D, Brown C, et al. 'We Are Not Being Heard': Aboriginal perspectives on traditional foods access and food security. *J Environ Public Health*. 2012;1:1-9. DOI: <https://doi.org/10.1155/2012/130945>.
44. Mauss M. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70; 1950.

Recebido em 31/05/2025

Aprovado em 08/12/2025

Conflito de interesses: inexistente

Disponibilidade de dados: os dados de pesquisa estão contidos no próprio manuscrito

Suporte financeiro: não houve

Editora responsável: Aline do Monte Gurgel, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Recife (Pernambuco/PE), Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0523633156750787>, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5981-3597>, e-mail: aline.gurgel@fiocruz.br